

**DENOTAÇÕES DE ÍNDIOS E BOIS NO PALÁCIO PAIAGUÁS.  
REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO NACIONAL E SEU IMPACTO  
SOBRE CUIABÁ (1971-1975)**

**DENOTATIONS OF INDIANS AND OXES AT THE PAIAGUÁS  
PALACE. REFLECTIONS ABOUT THE NACIONAL SCENERY  
AND THE IMPACT ABOUT CUIABÁ (1971-1975)**

**Túlio Cesar de Arruda Ferreira Diogo**

[tulioarruda@yahoo.com.br](mailto:tulioarruda@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente estudo visa compreender as transformações que se desenrolaram no Mato Grosso, no campo político, econômico e cultural, na conjuntura nacional durante a administração de José M. Fontanillas Fragelli (1971-1975), que homenageou ao mesmo tempo índios mortos e bois no corpo do Edifício Político, nominado de Palácio Paiaguás, no Centro Político Administrativo – CPA, em Cuiabá. A fachada desse Prédio foi decorada com enormes cabeças bovinas, pelo artista plástico Humberto Espíndola.

**Palavras-Chave:** Palácio Paiaguás, Cuiabá, índios e bois.

**Abstract:** The present study visas to understand the transformations who develop in Mato Grosso, at the political camp, economic and cultural, to nacional conjunction during the administration of José M Fontanillas Fragelli (1971-1975), who as the same time homanaged dead Indians and oxes in the Political Building corps nominade the Palacio Paiaguas, in the Political Administracion Center - CPA in Cuiabá. The facade of this building was decorated whith massive ox heads, by the plastic artist Humberto Espíndola.

**Key- Words:** Palace Paiaguás, Cuiabá, Indians and oxes.

O Palácio Paiaguás é Sede do Poder do Executivo do Estado de Mato Grosso, localizado em Cuiabá. Construído no Centro Político Administrativo – CPA, trata-se de um edifício moderno, cujos projetos para sua construção, iniciaram em 1971, sendo “concluídos” em 1975, durante a administração do governador José Manoel Fontanillas Fragelli (1915-2010). Entretanto, na ornamentação da fachada do prédio não há nenhum indício dos indígenas que lhe emprestaram o seu nome. No lugar de Payaguá, o que se vê na fachada é um conjunto de enormes cabeças de bois, de autoria do campo-grandense, o jornalista e artista plástico Humberto Espíndola, visto que a pecuária era o esteio econômico e social de Mato Grosso.

Esses dados chamam a atenção, uma vez que a denominação de Paiaguás dada ao Palácio corresponde ao nome de uma nação indígena, de língua Mbayá, os Payaguá, que, até a segunda metade do século XVIII, dominavam os territórios banhados pela bacia do Alto rio Paraguai, que hoje compreende as áreas pantaneiras do atual Estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, adentrando à República do Paraguai. Foi uma nação indígena tida por certa tradição historiográfica como a grande inimiga dos súditos conquistadores coloniais, por ter oferecido a mais intensa resistência frente ao processo colonizador luso, com o intuito de manter livres seus caminhos fluviais do ideal colonizador luso, que tinha embutido em suas práticas de poder e domínio, as múltiplas e

[...] heterogêneas hierarquias globais (“heterarquias”) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder. [Desta forma] o que chegou às Américas nos finais do século XVI [...] foi uma enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta, que uma redutora perspectiva econômica do sistema-mundo não é capaz de explicar. [...] Às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo”<sup>1</sup>.

Destarte, indaga-se o porquê de as autoridades mato-grossenses, no momento de escolher para ilustrar a fachada desse palácio, em vez dos ditos índios, denotaram um conjunto de figuras bovinas. Por que, na década de 1970, o governador

---

<sup>1</sup> GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, número 80, 2008, p. 7 e 8. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/697>>. Acesso em 27-03-2015.

Fragelli toma de empréstimo o nome dos guerreiros Payaguá para utilizá-lo no novo edifício construído para sediar o Palácio do Governo?

Parte-se do princípio de que não se trata de um dado fortuito, fruto do acaso; ao contrário, temos como hipótese que tanto a denominação, Paiaguás, como a denotação de bois, refletem as questões das “transformações”<sup>2</sup> que se desenrolavam em Mato Grosso, em sintonia com os enredos políticos, econômicos e culturais que intercorriam no cenário nacional e internacional.

Vale dizer, no conjunto das ações que fizeram parte da política nacional que se seguiu ao Golpe “empresarial-militar”<sup>3</sup> de 1964, implantando as diretrizes que o Governo Federal impunha de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, quando, por exemplo, do Programa de Integração Nacional - o PIN. A retro doutrina fora instituída em meados de 1970, que tinha embutido em suas múltiplas estruturas, no “colonial/moderno”, as mesmas características do período colonial luso, ou seja, apresentavam todo um aparato de ramificações sistêmicas, organizadoras tanto de exploração como de “dominação na vida social”. Isso faz evocar o que se denomina de uma “matriz de poder colonial”, cuja definição nos elucidada o sociólogo peruano, Aníbal Quijano que seria o seguinte:

“A matriz de poder colonial” é um princípio organizador que envolve o exercício da exploração e da dominação em múltiplas dimensões da vida social, desde econômica, sexual ou das relações de gênero, até às organizações políticas, estruturas de conhecimento, instituições estatais e agregados familiares<sup>4</sup>.

Assim sendo, constata-se que são salutares as observações dos sociólogos Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel, ao pontuarem que “[...] as antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação europeia versus não-europeias, continuam arraigadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial”<sup>5</sup>.

Veremos, então, no presente artigo, que as antigas hierarquias coloniais, continuavam plasmadas no cenário mato-grossense, assim impostas pelas diretrizes do regime “empresarial-militares”, que estavam em sintonia com os pensamentos ou ideais

---

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>3</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964 A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

<sup>4</sup> QUIJANO 2000 *apud* GROSGOQUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, número 80, 2008.p. 9. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/697>>. Acesso em 27-03-2015.

<sup>5</sup> GROSGOQUEL, Ramón, *op. cit.*, 2008, p. 9 e 10.

“eurocêntricos”. Isso em certa medida, influenciou o governador Fragelli e seus assessores palacianos, na escolha das denotações de índios e bois, presentes na fachada do paço governamental do Estado de Mato Grosso, conforme abaixo aduzido.

O moderno edifício do Palácio Paiaguás “[...] é formado por módulos de 12,60 por 20,60 metros que se desenvolvem como um dominó de peças quadradas”<sup>6</sup> localizado no Centro Político Administrativo – CPA, local onde estavam sendo construídos os órgãos da administração estadual, em uma área de 2.200 hectares, doada pela Prefeitura de Cuiabá, no qual se ergueu o edifício composto por:

[...] três unidades funcionais e a estrutura arquitetônica que integra aos demais blocos em um sistema modular aberto, articulado por meio de estruturas predefinidas encaixadas umas as outras. Com três pisos e escadas de concreto distribuídas na parte externa do prédio. Uma praça quadrada, que funciona como um Hall público<sup>7</sup>.

Projetou-se o conjunto arquitetônico, composto por 50 mil metros quadrados de edificações, a partir do projeto desenvolvido por um grupo de técnicos de planejamento urbano do Estado de Mato Grosso, do qual fizeram parte o engenheiro Sátyro Pohl Moreira de Castilho e os arquitetos Moacir de Freitas, Júlio De Lamônica Freire e Sérgio de Moraes. Os referidos técnicos, com assessoria do Centro de Planejamento da Universidade de Brasília foram os responsáveis pela construção e a inauguração da primeira etapa do Centro Político Administrativo - (CPA), em 28 de fevereiro de 1975, no final do governo de José Manoel Fontanillas Fragelli, que dessa maneira coroava sua administração, iniciada em 15 de março 1971<sup>8</sup>.

José Fragelli, um mato-grossense, natural de Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul; era bacharel em Direito e antes de exercer a função de Governador, foi Promotor de Justiça na cidade de Campo Grande, também era “pecuarista”<sup>9</sup>. Fora Deputado Estadual em 1947, cargo que ocupou por dois mandatos até 1954; se elegeu como Deputado Federal entre 1955-1959, então foi líder da oposição pela União Democrática Nacional (UDN). Com o Golpe de 1964, Fragelli, passa a pertencer ao partido da Aliança

---

<sup>6</sup> Jornal *Folha de São Paulo*, 19 de outubro de 1975, p. 72.

<sup>7</sup> Portaria número 085/SEC/2014, que dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultura de Mato Grosso da sede do governo estadual "Palácio Paiaguás e o Mural externo de Bovinocultura". Disponível em:

<[https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3816#/p:26/e:3816?find=humberto esp%C3%ADndola](https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3816#/p:26/e:3816?find=humberto%esp%C3%ADndola)>. Acesso em 12-10-2014.

<sup>8</sup> Jornal *Folha de São Paulo*, 15 de março de 1971, p. 01.

<sup>9</sup> Biografia de Fragelli pelo Senado Federal. Disponível em:<<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1949>>. Acesso em: 18-12-2014.

Renovadora Nacional (ARENA). Vale dizer que esse partido governista foi instituído durante o governo “empresarial-militar” por meio do Ato Institucional número 2 - (AI-2), de 27 de outubro de 1965, seguindo o Ato Complementar de número 4, de 20 de novembro de 1965, que na época havia implantado o sistema de bipartidarismo político no Brasil; de um lado figurava a ARENA, que reunia aqueles mais próximos ao governo e, do outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se caracterizava por reunir os grupos de políticos que se diziam da oposição<sup>10</sup>.

Durante seu governo (1971-1975), Fragelli coloca em prática as diretrizes que o Governo Federal impunha de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, que mantinham, à época dos fatos, uma relação umbilical com as práticas e ideias de solução emanadas pelo pensamento europeu, e precipuamente com os norte-americanos. Essas práticas e ideias eram denominadas de “soluções eurocêntricas”, sendo o nacionalismo cúmplice do pensamento e das estruturas políticas eurocêntricas<sup>11</sup>, tendo como premissa, controlar o Estado, combater os atos tidos como subversivos, ou seja, todo aquele entendido como de ameaça ao governo, levando a cabo os ideais de “desenvolvimento”.

Assim justificava-se “ocupar os espaços qualificados de vazios”, cuja definição ao referido termo, segundo a historiadora Suzana Guimarães é que espaço vazio, na visão economicista, estava atrelado ao conceito de “[...] qualquer espaço ainda não integrado ao modo de produção capitalista”<sup>12</sup>, incumbido também de proteger as fronteiras das ameaças “vermelhas” e de instalar o “progresso”, ou seja, a modernização da cidade e a dinamização econômica oriunda da expansão capitalista.

Para tanto, seria necessário criar formas de integrar as regiões do Brasil internamente, portanto, cria-se o chamado Plano de Integração Nacional, mais conhecido como o (PIN), que fora instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970 e que “[...] objetivava a efetiva ocupação da Amazônia Legal através do deslocamento de migrantes”<sup>13</sup>.

Além disso, o PIN fomentava a efervescência econômica, o integracionismo, o surto desenvolvimentista, desejado pelo regime pós-Golpe de 1964. Visando levar a cabo esses objetivos é que se vai à busca por investimentos e financiamentos

---

<sup>10</sup> Criação dos Partidos Políticos no Brasil durante o Regime Militar. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08-06-2014.

<sup>11</sup> GROSFOGUEL, Ramón, *op. cit.*, 2008, p. 18.

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Suzana. **Arte na rua: o imperativo da natureza**. Cuiabá: EdUFMT, 2007, p.38.

<sup>13</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**. Mato Grosso: Entrelinhas, 2002, p.234.

internacionais, como bem mencionados pelos historiadores Jorge Ferreira e Lucilia A. N. Delgado,

O projeto desenvolvimentista de Médici estender-se-ia até a gestão de Geisel, centrado no desenvolvimento da indústria petroquímica, da química fina, dos eletrônicos, além de uma **espantosa rede de obras públicas de infraestrutura - rodovias, pontes, melhoria dos portos e aeroportos, além da indústria bélica.** [...] Aproveitando-se do sucesso econômico do Milagre Brasileiro, do clima de euforia gerado pela vitória na Copa do Mundo de 1970 e da maciça propaganda em torno do Brasil Potência (Brasil, ame-o ou deixe-o!, dizia o slogan autoritário do regime)<sup>14</sup>.

Nesse âmbito, é que se inicia o governo de José Fragelli. Assim, de acordo com as diretrizes dadas pelo PIN, que determina uma avolumada soma de recursos para Mato Grosso, em especial para a sua capital Cuiabá, cuja localização é estratégica para a política desenvolvimentista do Governo Federal, por ser considerada “[...] como eixo de passagem dos fluxos migratórios que se dirigiriam ao norte do Brasil para colonizar a região amazônica”<sup>15</sup>.

Neste sentido, figuram os programas de “desenvolvimento nacional” que de certa forma estavam enredados e, subordinados ao “sistema-mundo”<sup>16</sup> capitalista tais como: o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), que visou os setores de transportes, frigoríficos, armazenamento e saneamento, metas básicas dos programas de infraestrutura. Temos também o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (PROTERRA), Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal (PROBOR), Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programas de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), Corredores de Exportação (CORREXPORT), TRANSPANTANEIRA e o Programa do Grande Dourados (PRODEGRAN)<sup>17</sup>.

Em 1974, outros programas federais atingem Mato Grosso, segundo informa a historiadora Elizabeth Madureira Sequeira, o Estado recebe através do II PIN, investimentos para construção de rodovias, é o caso, por exemplo, da BR-070, BR-163, BR-262, BR-364, BR-376 e BR-463, que visava à integração da Amazônia. Em

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano.** O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 259; grifo nosso.

<sup>15</sup> BOMFIM, Márcia. **As Engrenagens da Cidade.** Cuiabá: EdUFMT, 2010, p.20.

<sup>16</sup> GROSFUGUEL, Ramón, *op. cit.*, 2008, p. 11.

<sup>17</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. **Mato Grosso um contive à fortuna.** Rio de Janeiro: Guavira Editores Ltda, 1977.

conjunto a construção das rodovias há o registro do PRODOESTE, pela qual seria responsável por uma conexão do Estado de Mato Grosso com as principais capitais do Brasil<sup>18</sup>. Não olvidando que desde o início do século XX, figurava a construção da Estrada de Ferro Noroeste Brasil que nunca chegou à Cuiabá<sup>19</sup>.

Em sintonia ao processo de “colonialidade global” segundo aponta o sociólogo Grosfoguel, os programas federais e estaduais, passam a ser colocados em práticas gerando significativas transformações no espaço físico de Cuiabá, e, ao mesmo tempo figurava uma intensa propaganda de massa, vinculadas ao PIN, através de jornais, rádio e de canais de televisão, em especial a Rede Globo de televisão, articuladora do Golpe em 1964. É nessa época, ou seja, em 1969 que o primeiro canal de televisão, transmitido em preto e branco, chega à Cuiabá<sup>20</sup>. E tempos depois, Mato Grosso passa a receber o sinal a cores.

Dentre as propagandas impulsionadas pela mídia local, em principal a televisiva, figurava a de fomento ao processo migracional que estava sob o controle do “[...] governo e pelas empresas privadas de colonização, os quais trazem propaganda da riqueza aliada ao discurso da Pátria, torna mais presente o reconhecimento da nação”<sup>21</sup>. A vinda de nordestinos, garimpeiros e, em maior número, de sulistas, tanto de pequenos colonos, bem como de grandes investidores, passam a acionar mudanças físico-culturais e sociais em Cuiabá<sup>22</sup>. Mas não só isso, a grande leva migratória estava destinada às regiões localizadas ao Norte do Estado, na região chamada de Amazônia Mato-grossense, com o objetivo de ocupar os chamados “espaços vazios”. Com o registro dessa intensa migração em Mato Grosso, outro fenômeno atinge o Estado, qual seja, a instalação de culturas híbridas, cujo conceito, assim é proposto pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini, qualificando que todos os

[...] processos socioculturais nos quais estruturas e ou práticas discretas, que existiam de forma separada se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. [E não apenas isso, geram também] [...] resistências a aceitar estas e outras formas de hibridação, porque geram insegurança nas culturas e conspiram contra sua auto-estima etnocêntrica<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, *op.cit.*, 2002, p.234.

<sup>19</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Esperando o Trem**. São Paulo: Scortecci, 2005.

<sup>20</sup> GUIMARÃES, Suzana, *op. cit.*, 2007.

<sup>21</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN; UNESCO, 2002, p.41.

<sup>22</sup> O jornal *O Estado de Mato Grosso*, de 18 de fevereiro de 1973, na primeira página, fazia propaganda dizendo: “Garimpeiro! O Estado precisa de você. Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso”.

<sup>23</sup> CANCLINI, Néstor García. **As culturas híbridas em tempos de globalização**. São Paulo. EDUSP, 2001, p.18 e 33.

Portanto, nordestinos e gaúchos vinham com seus modos “[...] de vida, suas tradições e costumes e ajudando a **mudar as estruturas físico-culturais da cidade**”<sup>24</sup>. Essas transformações alterariam o aspecto da capital de Mato Grosso de forma súbita, originando, assim, o processo de hibridação, ou seja, o acúmulo de experiências, entre as identidades, resultando em uma nova estrutura e prática cultural<sup>25</sup>, tendo em vista que essas transformações alterariam o aspecto da urbe, pois, segundo a historiadora Suzana Guimarães, “[...] Cuiabá viu-se **invadida por novos hábitos de sociabilidade trazidos pelas dezenas de milhares de migrantes**”<sup>26</sup>. Com isso, ocorreu o aumento populacional de forma absurda em Cuiabá, pulando de 57.860 em 1960 para 103.427 no ano de 1970 e 213.151 em 1980<sup>27</sup>, ou seja, na década de 70, Cuiabá, recebeu um volume expressivo de migrantes, em torno de 45.567 pessoas, que chegavam, passavam e ou fixavam-se na capital.

Para abrigar os trabalhadores rapidamente, surgiram “favelas”, fato até então desconhecido pela população cuiabana. Visando atender as questões de saneamento básico e manter o “controle” dessa leva de migrantes que já estava e ou que chegava à cidade, foram construídos tanto o conjunto habitacional do bairro Coophamil no governo de Pedro Pedrossian, junto a Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso (COHAB-MT)<sup>28</sup> e, tal como, os novos “[...] conjuntos habitacionais CPA (I, II, III e IV) e Morada do Ouro, com capacidade para alojar cerca de 100.000 mil habitantes”<sup>29</sup>.

Em relação ao crescimento urbano em Cuiabá, esse não é um projeto novo. Podemos vislumbrá-lo no projeto da “Marcha para o Oeste”, instituído por Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937 – 1945), trazendo migrantes nordestinos. De acordo com o historiador Alcir Lenharo, a “Marcha para o Oeste”, visava ocupar os espaços ditos “vazios” na região Oeste e na Amazônia, por meio das colônias agrícolas nacionais, o que projetou também a criação de colônias militares, na fronteira de Mato Grosso, objetivando garantir a segurança nacional. Isso ocorreu visto que, nessas localidades fronteiriças de Mato Grosso, havia uma grande concentração de estrangeiros

---

<sup>24</sup> FONTES, Rosemary Marques. **Muxirum Cuiabano: uma análise histórica**. Cuiabá: [s.n.], 1993, p. 20; grifo nosso.

<sup>25</sup> CANCLINI, Néstor García, *op.cit.*, 2001.

<sup>26</sup> GUIMARÃES, Suzana, *op. cit.*, 2007, p. 40; grifo nosso.

<sup>27</sup> BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A Catedral e a Cidade**: uma abordagem da educação como prática social. Cuiabá: EdUFMT, 1997, p. 65.

<sup>28</sup> BOMFIM, Márcia, *op. cit.*, 2010, p.126.

<sup>29</sup> BRANDÃO, Ludmila de Lima, *op. cit.*, 1997, p.106.

e, ao mesmo tempo, da possibilidade do avanço “comunista” invadir o país, o que eram motivos de preocupação dos dirigentes do governo federal<sup>30</sup>.

Porém, as transformações repentinas, cujas proporções do aumento populacional tornaram-se mesmo gigantescas, ocorreram no período pós-Golpe empresarial-militar de 1964 e trouxeram maiormente a migração sulista para o Estado, como, por exemplo, no caso específico da chegada de “[...] 90% de paranaenses, que se fixaram no município de Alta Floresta”<sup>31</sup>.

Incentivados, segundo informa Guimarães Neto, pelas políticas integracionistas territoriais planejadas pelo Governo Federal, em conúbio com a empresa de Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A a (INDECO S/A), de propriedade de Ariosto da Riva, e, dentre outras empresas de colonização, que por meio das propagandas ventiladas em todos os meios de comunicação, tanto na rádio, como jornal e televisão, tinham por objetivo levar os cidadãos a um estado de “sujeição gregária”<sup>32</sup>, a qual evocando a Umberto Eco podemos definir como um terreno fértil para qualquer aventura autoritária. Empresas que também objetivavam vender lotes de terras aos migrantes sulistas, lotes que vale observar, segundo Lenine C. Póvoas tinham sido arrematados na concorrência pública levada a efeito pelo Estado e eram avaliados em cerca de um milhão de hectares, localizados na margem esquerda do rio Teles Pires, na atual cidade de Alta Floresta, e também terras adquiridas por demais empresas colonizadoras que compraram terras em Aripuanã, que eram vendidas aos migrantes<sup>33</sup>.

Em sua chegada à região Norte de Mato Grosso, os migrantes sulistas, tanto de pequenos colonos, que vinham em busca dos benefícios ofertados pelos projetos de colonização para pequenos e médios produtores na esfera da plantação de café, cacau e guaraná, assim dito por Guimarães Neto<sup>34</sup> e, bem como da vinda dos investidores, que segundo Siqueira, tratava-se de empresários capitalistas que viriam investir na criação extensiva de gado e de uma agricultura mecanizada, decorrente dos projetos agropecuários ofertados pelo governo<sup>35</sup>, traziam consigo uma larga experiência, tanto na agricultura mecanizada, como no trato com o manejo bovino que eram relativamente mais avançadas que as práticas locais.

---

<sup>30</sup> LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil**: Amazônia Nordeste e Centro – Oeste. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

<sup>31</sup> GUIMARÃES NETO, *op. cit.*, 1986, p.64.

<sup>32</sup> ECO, Umberto. **Apocalíptico e Integrado**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1993.

<sup>33</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos, *op. cit.*, 1977, p.121 e 122.

<sup>34</sup> GUIMARÃES NETO, *op. cit.*, 1986, p.120.

<sup>35</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, *op.cit.*, 2002, p.236.

Por outro lado, trariam também uma cultura fortemente enraizada que procuravam manter nas novas áreas de colonização pelo chamado Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul (MTG – RS), criado desde 1947 com o objetivo “de manter a integridade de seu núcleo cultural [e evitando] a perda da unidade psicológica essencial ao funcionamento eficiente de qualquer sociedade”<sup>36</sup> e também do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná (MTG-PARANÁ), que foi instituído em 05 de dezembro de 1975, tendo como lema a seguinte frase: “povo sem tradição morre a cada geração”<sup>37</sup>. Ora, o grupo migrantista, ao se estabelecer nas regiões mato-grossenses, passou a negar os valores locais, ao mesmo tempo em que procurava manter seus preceitos culturais e seus hábitos e costumes.

Não só isso, as características dos sulistas passam a ser observadas com ressalvas e com preocupação pela elite cuiabana, pois, como observou o historiador Osvaldo Zorzato, “[os cuiabanos] colocam-se na posição da espera do estranho – forasteiros –, representados pelos imigrantes – investidores – que vêm ocupar “suas terras” – na verdade, em grande medida, terras indígenas”<sup>38</sup>.

Diante da presença dos sulistas, como os cuiabanos procederiam para manter o *status quo*? Como se adaptariam a essa nova mudança de cultura? Consta-se que se iniciam os processos de “reação” e “resistência” assim observado pelo antropólogo Canclini<sup>39</sup>. A migração para Mato Grosso, promoveu “misturas” e a “fecundação” entre “culturas”, denominando assim o processo de “hibridação”, pela qual gerariam novas “estruturas, novas práticas socioculturais” e identidades, envolvendo os hábitos e costumes de cuiabanos e sulistas, dando origem também ao que se chama da construção da “resistência” cultural, sendo engendrada por um grupo de pessoas que compunham a elite de Cuiabá, em desfavor dos grupos humanos migrantes sulistas, que por aqui chegavam, com sua cultura já devidamente alicerçada.

Essa resistência cultural inicia com a missão de “preservar” o *status quo*, pela elite de Mato Grosso, não apenas isso seria também a instalação dos tentáculos de experiências e interesses imperialistas no campo da cultura, usada como arma de guerra, conforme elucida o crítico literário Edward Said, que

---

<sup>36</sup> Objetivos do MTG-RS. Disponível em:<<http://www.mtg.org.br/>>. Acesso em 09-09-2014.

<sup>37</sup> MTG-PARANÁ. Disponível em:<<http://www.mtgparana.org.br/>>. Acesso em 03-10-2014.

<sup>38</sup> ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade**: Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 4.

<sup>39</sup> CANCLINI, Nestor Garcia, *op. cit.*, 2001.

[...] a cultura vem a ser associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado: isso “nos” diferencia “deles”, quase sempre com algum grau de xenofobia. A cultura, neste sentido, é uma fonte de identidade, e aliás bastante combativa, como vemos em recentes “retornos” à cultura e à tradição. [...] Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode até ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si<sup>40</sup>.

Por seu turno, entendemos que as transformações no campo dos hábitos e dos costumes estão intimamente ligadas ao processo das invenções das tradições<sup>41</sup> e utilizados, de certa forma, como “arma de guerra” no campo das representações culturais que estavam presentes no cenário cuiabano. Para tanto, a reflexão de Said quando observa que “[...] essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações”<sup>42</sup>, que estavam cravadas de forma ambígua no discurso pelo “progresso” e pela “defesa” da cultura local.

Percebe-se que na década de 1980, o surgimento do Muxirum Cuiabano, movimento que saíra a público na referida década, destacando a participação efetiva da elite cuiabana e da TV Centro América para seu desenvolvimento. Essa manifestação primava por processar um resgate das expressões culturais das camadas populares, como se elas fossem às verdadeiras do povo cuiabano, que criariam padrões e tradições que se perpetuassem no tempo e no espaço, frente à realidade circundante e precipuamente por preservar os apanágios da elite cuiabana. Esses entendimentos têm como ponto reflexivo o pensamento do crítico literário Angel Rama, ao analisar os primeiros regionalismos americanos, observou:

[...] o esforço de camadas médias intelectualizadas para se habilitarem à participação no jogo do poder, invocando as imagens dos marginalizados da história como bandeira de reivindicação, face a processos incompletos de construção da independência e da cidadania política e cultural<sup>43</sup>.

O intento de “resistência” e ou “reação”, versava por preservar as tradições por parte da elite cuiabana, impondo-se por meio dos Decretos-Leis, “medidas de políticas públicas”, vinculada ao processo de integração do Estado, voltadas para atender ao

---

<sup>40</sup> SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011, p.14.

<sup>41</sup> HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence O. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>42</sup> SAID, Edward W, *op. cit.*, 2011, p. 40.

<sup>43</sup> RAMA, Angel. **Literatura e Cultura na América Latina**. São Paulo: Edusp, 2001, p.20.

grande “jogo do poder”<sup>44</sup>, tais como a própria construção do Centro Político Administrativo (CPA), devidamente amparados pelos ideais dos programas federais, assim enredados pelo viés da “matriz colonial” que professavam a instalação do “progresso” por meio do PIN. Com isso, tiveram início as grandes obras que transformariam Cuiabá quanto aos aspectos físicos e estruturais, assim como, os conflitos de interesse econômico.

É nesse conjunto de medidas, que visam dar nova fisionomia à capital que o governador Fragelli passou a promover a reforma do espaço administrativo. Isso se fez através do Decreto número 33, de 30 de abril de 1971<sup>45</sup>, que desapropria uma área de 2.200 hectares, para construção do Centro Político Administrativo (CPA), cuja obra inicia em 1º de julho de 1973<sup>46</sup>.

Ao deixar o governo em 1975, José Fragelli, publicou um livro com o título “Mato Grosso do Garimpo ao Computador – balanço do governo José Fragelli”, no qual procura justificar o que levou a sua administração a criar um empreendimento para abrigar as repartições públicas governamentais de Mato Grosso, que estavam instaladas no Palácio Alencastro, atual Sede da Prefeitura de Cuiabá. Porém, esse Prédio não comportava mais todas as esferas da administração do Estado. Segundo o ex-governador, isso se deu porque muitas das repartições governativas estavam distribuídas também em salas alugadas, em diversos prédios no centro de Cuiabá, cujos preços eram exorbitantes. Ainda conforme Fragelli, o Centro Político Administrativo fora construído “[...] para enfrentar um dos primeiros e mais angustiantes problemas com que se deparou: a exiguidade de espaço para instalação e o satisfatório funcionamento dos órgãos da administração direta estatal”<sup>47</sup>.

A construção em Cuiabá de um espaço moderno para abrigar o Centro Político Administrativo de Mato Grosso, conforme avalia Bomfim, marcou uma ruptura entre o passado e o futuro “promissor” da grande Cuiabá:

[...] o [antigo] centro tornava-se incompatível com suas ruas estreitas que impediam a velocidade. [...] **congestionamentos** passaram a ser frequentes. [...] A construção do CPA seguia o ideal de **modernidade** pensado para a cidade. Ele seria o lugar da mobilidade, dos espaços amplos, abertos, nos quais as pessoas podiam ser facilmente

---

<sup>44</sup> GUIMARÃES NETO, *op. cit.*, 1986, p.54.

<sup>45</sup> Decreto nº 33, de 30 de abril de 1971, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 1971, p.2.

<sup>46</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos, *op.cit.*, 1977, p.72.

<sup>47</sup> FRAGELLI, José Manoel Fontanilla. **Mato Grosso do Garimpo ao Computador**. Cuiabá: [s.n.], 1975, [p.43].

interceptadas. [...] Dentro de uma visão progressista do tempo o CPA era o futuro, enquanto que o centro identificava-se ao passado<sup>48</sup>.

Além disso, Fragelli, logo ao tomar posse, decide pela construção de uma rodovia que atravessasse o Pantanal a fim de beneficiar diretamente a maior riqueza do Estado. Segundo o retro governador, tal riqueza seria o gado, pois a pecuária constituía-se como o principal esteio de sua economia, visto que representava quase 70 % da economia do Estado<sup>49</sup>. Dessa forma, surge em 1971 o projeto da TRANSPANTANEIRA, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), que mais tarde seria chamado de Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal do Mato Grosso (PRODEPAN) instituído somente em 02 de maio de 1974<sup>50</sup>, que visava, conforme o governador:

[...] promover o mais amplo impacto econômico e social, ligando Cuiabá a Corumbá através das principais zonas de produção bovina do Pantanal, a obra tem com objetivos a dinamização da economia regional e criar facilidades ao processo de aproveitamento e incorporação de seus recursos naturais, especialmente os relacionados com a pecuária. [...] ocupação de terras até então inativas e do surgimento de novos estabelecimentos agropecuários de alto índice de produtividade, em substituição aos antigos e poucos explorados latifúndios<sup>51</sup>.

Em função dos referidos projetos, o que temos à época, com o aval do governo “empresarial-militar”, é um aniquilamento de muitas nações indígenas. Tratadas como inimigas, por se colocarem no meio ao projeto “desenvolvimentista”, muitas dessas sociedades passam a ver suas terras serem declaradas como “devolutas”, como observa o historiador Osvaldo Zorzato:

**[...] a partir dos anos setenta, Mato Grosso como parte da chamada Amazônia Legal passa a ser também palco de tensões sociais. Índios e posseiros são expulsos de suas terras pela política de ocupação posta em prática pelo governo central, que privilegia os grandes projetos agropecuários. Com a expansão da fronteira agrícola, toma impulso o povoamento desordenado da região<sup>52</sup>.**

O que se vê são desapropriações de terras ditas “devolutas”, em verdade, terras indígenas, que eram postas à venda em hasta pública pelo governo de Mato Grosso, para dar espaço ao desenvolvimento agropecuário, e até mesmo para pagar o

<sup>48</sup> BOMFIM, Márcia, *op. cit.*, 2010, p.38 e 39; grifo nosso.

<sup>49</sup> FRAGELLI, José Manoel Fontanilla, *op. cit.*, 1975.

<sup>50</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos, *op. cit.*, 1977, p. 95 e 97.

<sup>51</sup> FRAGELLI, José Manoel Fontanilla, *op. cit.*, 1975, [p.16 e 18].

<sup>52</sup> ZORZATO, Osvaldo, *op. cit.*, 1998, p. 6; grifo nosso.

financiamento, referente à construção do Centro Político Administrativo (CPA). E não só isso, era sobre as terras indígenas que as empresas agropecuárias locavam os projetos de colonização, para os quais os migrantes sulistas eram atraídos. Isso gerou grandes embates entre os novos colonizadores e os vários povos indígenas, conflitos que tiveram repercussão não só no âmbito regional, mas também no nacional e internacional.

Nas reiteradas notícias sobre o desrespeito com os povos indígenas, exemplificase timidamente a construção de uma linguagem que lutava em desfavor ao processo de opressão, imposto aos índios. As críticas, muito se aproximam, do que seria “[...] o pensamento crítico de fronteira enquanto intervenção epistêmica dos diversos subalternos”<sup>53</sup>, que poderíamos chamar de desconstrução do pensamento colonial/moderno, ou seja, a descolonização.

Assim sendo, as notícias de desrespeito com os índios mostrou-se no jornal *Folha de São Paulo* na edição de 12/01/1972, na página 5, ao noticiar que “[Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] CNBB pede melhor trato para índios”, bem como, informa o mesmo jornal, em 05/03/1972, na página 4, sob o título: “Crescem as tensões: índios podem atacar”; referindo-se aos conflitos existentes entre os povos Cinta Larga e os trabalhadores que chegavam à região de Aripuanã no Norte de Mato Grosso, fruto do processo de colonização fomentado pelo Governo Federal.

Ainda no mencionado jornal, na sua edição, de 09/08/1972, na página 4, noticia-se que “O Brasil aplicará 5,9 milhões na demarcação de terras dos índios”, apresentado no 7º congresso Indigenista Interamericano do qual faziam parte os Estados Unidos, Equador, Chile e Brasil. Em 30/08/1973, na página 4 do jornal *Folha de São Paulo* publica-se a reportagem: “Xavantes; caso é levado a Medici”, na qual se lê o seguinte: “[...] o deputado Gastão Müller disse [...] que existe um mal estar muito grande entre os fazendeiros, que exploram as terras na criação de gado leiteiro e de corte, os quais estão dispostos a tudo, pois são “os verdadeiros proprietários daquelas terras”. Matérias como essas documentam o grande conflito que se instalou em Mato Grosso na década de 1970. Os dados veiculados na grande imprensa são constantes como apresenta a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, com relação ao conflito com os Xavante:

As notícias do início a meados da década de 70, relativas aos Xavante do Mato Grosso, mostram sua atuação decidida no enfrentamento das dificuldades que impediam o processo de demarcação de suas

---

<sup>53</sup> MIGNOLO, 2000 *apud* GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, número 80, 2008, p. 19. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/697>>. Acesso em 27-03-2015.

reservas, sua disputa por terras com posseiros e com as grandes empresas agropecuárias. Eram empresas incentivadas e subsidiadas pelo governo federal responsável pelo “milagre” econômico cujas consequências o país e o mundo presenciam hoje<sup>54</sup>.

O governo militar, sabendo da repercussão que os temas envolvendo povos indígenas nas mídias tenta maquiagem atos de genocídio e, no sentido de atender os sabores de seus interesses, passa a associar o nome de grupos indígenas para empreendimentos nacionais, como, por exemplo, figura a notícia do jornal *Folha de São Paulo*, de 21 de agosto de 1971, na segunda página: “Xavante, o 1º avião de combate fabricado no Brasil”.

Seguindo o mesmo exemplo do governo Federal, o Chefe do Executivo de Mato Grosso, com apoio da mídia local também publica matérias no jornal, tentando maquiagem atos praticados contra os índios e suas terras, quando da notícia veiculada em 19 de maio de 1973, na primeira capa do jornal *O Estado de Mato Grosso*, a qual indica de forma clara a posição do governo “empresarial-militar” quanto à questão dos conflitos envolvendo as terras indígenas. Sob a manchete de “Mérito Indigenista para Fragelli”:

O governador José Fragelli terá o seu nome indicado ao Conselho indigenista da Fundação Nacional do Índio para concessão da Medalha do Mérito Indigenista. A referida medalha foi instituída pelo presidente da República através do decreto 71.258, de 13 de outubro de 1972.

Retrocedendo nos anos, o caso mais flagrante de conflito com os indígenas no Mato Grosso ocorreu no ano de “1963”<sup>55</sup>. Foi o “Massacre do Paralelo 11”, que tomou repercussão internacional, denunciando que no Brasil ocorriam violações aos princípios dos Direitos Humanos, assim descritos na “Convenção de Genebra de número 107 de 27 de junho de 1957”<sup>56</sup>, quando mais de 3 mil Cinta Larga foram mortos por meio do uso de dinamite, segundo informou o Procurador do Ministério do Interior Jader de Figueiredo Correa no conhecido “Relatório Figueiredo” ao pontuar por exemplo, que o

---

<sup>54</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.358.

<sup>55</sup> MACHADO, Maria de Fátima Roberto. **Museu Rondon: antropologia e indigenismo na Universidade da Selva**. Cuiabá: Entrelinhas, 2009, p.72 e 73.

<sup>56</sup> BUCKER Hélio Jorge; BUCKER Ivete Bastos. **Nas Pegadas de Rondon**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p.153.

“Serviço de Proteção aos Índios [SPI] degenerou a ponto de persegui-los até ao extermínio”<sup>57</sup>.

### **Considerações finais.**

Dessa forma, percebe-se que Mato Grosso e sua capital Cuiabá, por serem considerados pelo Governo Federal locais estratégicos, em consonância com o cenário nacional e internacional, que por meio de Leis e Decretos, implantou medidas públicas, o chamado – PIN, vinculadas às ideias de colonialidade global, atreladas, segundo Grosfoguel, às diretrizes impostas pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial do Pentágono e da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN<sup>58</sup>.

Toda a política nacional adotada durante o regime “empresarial-militar” estava devidamente enredada por estruturas de poder na esfera da dominação e subordinação dos interesses hegemônicos, sendo responsável por fomentar o avanço capitalista. Essa era ventilada pelos meios de comunicação que ofertavam a conquista do “Eldorado”, por ocupar as regiões ditas de “espaços vazios”, com as levas migratórias, e mais, essas promoviam o processo de hibridação, ou seja, do surgimento de novas práticas e experiências culturais.

Desencadeando o surgimento da resistência e ou reação cultural, como um campo de guerra, pelas quais, as armas eram as narrativas, as imagens como forma de denotar a tradição, preservando o *status quo* da elite cuiabana em desfavor das novas culturas que por aqui chegaram principalmente a sulista, buscando impedir o surgimento de novos discursos que não fossem de interesses das oligarquias cuiabanas. Não olvidando que essa mesma elite, passa a fazer uso das expressões populares, com apoio da mídia local, apenas para manter sua participação no grande jogo do poder.

Figuram também as construções de obras públicas de infraestrutura, as estradas e rodovias, tendo por objetivo interligar as regiões, principalmente a Amazônia e o Centro-Oeste com Brasília e demais regiões do país, fomentando os conflitos com os indígenas. Nesse cenário é que figura o governo de Fragelli, atendendo aos pressupostos

---

<sup>57</sup> Relatório Figueiredo, denunciando os atos de extermínio em desfavor aos Cinta - Larga no Mato Grosso, 03-11-1967, página 06. Disponível em: <[http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/gt\\_crimes\\_ditadura/relatorio-figueiredo](http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/gt_crimes_ditadura/relatorio-figueiredo)>. Acesso em 17-01-2014.

<sup>58</sup> GROSFOGUEL, Ramón, *op. cit.*, 2008.

do regime autoritário, inicia a construção do moderno edifício que receberá o nome de Palácio Paiaguás em Cuiabá.

Percebe-se que, na ditadura, o Estado tentou manipular os dados que pudessem denegrir a imagem do governo, quando do trato com os índios. Isso poderia refletir negativamente no cenário internacional, tendo em vista a busca por financiamentos com os credores estrangeiros. Todas essas transformações desencadeariam mudanças estruturais na capital de Mato Grosso e nos hábitos e costumes dos novos moradores de Cuiabá.

Por essas razões, dando sentido aos dados encontrados, as denotações de índios e bois presentes no Paço governamental, compilam todo um emaranhado das complexas relações de cunho social, político, econômica, senão jurídica, e principalmente culturais em um circunscrito tempo e lugar no espaço. O que se infere inicialmente é que o projeto político nacional brasileiro atuou alinhadamente com o governo em Mato Grosso com conexões em escala global.

Em principal quando o conglomerado político de Mato Grosso maximizou a teatralização do poder como forma de retribuir as benesses que recebeu do governo federal, tendo em vista, as volumadas somas de recursos financeiros destinados ao referido Estado.

Reitera-se, que paralelamente a isso, o Brasil e o Mato Grosso buscavam por investimentos e financiamentos com credores estrangeiros, sendo ao mesmo tempo acusados mundialmente por cometerem crimes em desfavor aos grupos humanos indígenas, um patente sinal de desrespeito aos princípios dos Direitos Humanos que estava em voga.

Portanto, na tentativa de inserir e maquiagem no mosaico planetário a ilusão imagética de que se respeitavam as normas internacionais dos direitos inerentes ao ser humano, com a proteção das sociedades autóctones, devidamente ratificados pela Convenção de Genebra desde 1957, mais ainda para conquistar e atrair os investidores e financiadores internacionais, esses fatos foram, então, determinantes para se nominar de Paiaguás o Paço governamental. Ledo engano, pois, havia em si, a naturalização tanto nos bastidores, como à luz do dia, da supressão dos referidos direitos indígenas no interior de Mato Grosso, condenando-os ao extermínio na luta pela posse de suas terras ancestrais para expansão dos projetos agropecuários e de colonização.